



ALGUNS POSICIONAMENTOS TEÓRICO- CONCEITUAIS SOBRE CRIANÇA E INFÂNCIA/S: O QUE NOS DIZEM AS PESQUISAS DO GT 07 DA ANPED

Antonio Carlos de Sousa [*]; Maria Margarita Villegas [**]

Resumo

O objetivo desse texto é analisar as tendências teórico-conceituais inerentes à definição de criança e da/s sua/s infância/s trazidas pelos trabalhos científicos oriundos das 40^a e 41^a Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, entendendo essa categoria – criança e infância/as – como construção sociocultural que tem sido investigada sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Para tanto, fomos norteados pela seguinte questão: qual(is) conceito(s) de criança e infância(s) embasam as pesquisas nacionais mais recentes produzidas nas duas últimas reuniões nacionais, datadas de 2021 e 2023, e discutidas no Grupo de Trabalho – GT 07: Educação de Crianças de 0 a 6 anos? Metodologicamente, essa investigação figura como uma pesquisa teórica, subsidiada pela revisão sistemática da literatura. Os achados revelaram que as produções científicas sobre a criança e a(s) infância(s) e suas abordagens teóricas mais recentes no território brasileiro reafirmam a pluralidade de concepções, de posicionamentos defendidos e argumentados por pesquisadores contemporâneos.

Palavras-chave: Conceito de infância; Construção sócio-histórica de infância; Criança e infância.

Some theoretical-conceptual positions on children and childhood/s: What the research from ANPED GT 07 tells us

Abstract



The objective of this text is to analyze the theoretical and conceptual trends inherent in the definition of children and their childhood, as presented in the scientific papers from the 40th and 41st National Meetings of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd). This category — children and childhood — is understood as a sociocultural construct that has been investigated from different theoretical and methodological perspectives. To this end, we were guided by the following question: what concept(s) of children and childhood(s) underpin the most recent national research produced at the last two national meetings, dated 2021 and 2023, and discussed in Working Group – GT 07: Education of Children from 0 to 6 Years Old? Methodologically, this investigation is a theoretical research study, supported by a systematic literature review. The findings revealed that scientific productions on children and childhood(s) and their most recent theoretical approaches in Brazilian territory reaffirm the plurality of conceptions and positions defended and argued by contemporary researchers.

Keywords: Concept of childhood; Socio-historical construction of childhood; Child and childhood.

Algunas posiciones teórico-conceptuales sobre la infancia y la/s niñez/s: Qué nos dicen las investigaciones del ANPEd GT 07

Resumen

El objetivo de este texto es analizar las tendencias teóricas y conceptuales inherentes a la definición de niños/as y su infancia, presentadas en los artículos científicos de las 40.^a y 41.^a Reuniones Nacionales de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación (ANPEd). Esta categoría —niños e infancia— se entiende como un constructo sociocultural que se ha investigado desde diferentes perspectivas teóricas y metodológicas. Para ello, nos guiamos por la siguiente pregunta: ¿qué concepto(s) de niños/as y de infancia(s) sustentan las investigaciones nacionales más recientes producidas en las dos últimas reuniones nacionales, de 2021 y 2023, y discutidas en el Grupo de Trabajo – GT 07: Educación de Niños/as de 0 a 6 Años? Metodológicamente, esta investigación es una investigación teórica, sustentada en una revisión sistemática de la literatura. Los hallazgos revelaron que las producciones científicas sobre niños/as y de infancia(s) y sus enfoques teóricos más recientes en el territorio brasileño reafirman la pluralidad de concepciones y posturas defendidas y argumentadas por los investigadores contemporáneos.



Palabras clave: Concepto de infancia; Construcción sociohistórica de la infancia; Niñoa e infancia.

Introdução

Com este trabalho se procura analisar as tendências teórico-conceituais inerentes à definição de criança e sua/s infância/s trazidas pelos trabalhos científicos oriundos das 40^a e 41^a Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, entendendo essa categoria – criança e infância/as – como construção sociocultural, que tem sido investigada sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

Frequentemente, em discussões na ambiência da academia e mesmo na produção científica da área, deparamo-nos com a conceituação de criança e infância/s sob uma perspectiva unívoca em todas as sociedades, fechada, estável e, não raras vezes, delimitando a definição de infância como sinônimo de criança, fato esse que acaba dificultando, de certa maneira, a interpretação de ambos os termos.

Diante dessa confusão teórico-conceitual, no plano dos aportes teóricos dos trabalhos acadêmico-científicos mais atuais, explicita-se a trajetória histórica, social e cultural da categorial em tela, nutrindo a concepção mais contemporânea de criança e infâncias/s. No plano dos resultados e discussões desses mesmos trabalhos, é comum nos depararmos com pistas e informações textual-discursivas que nos fazem interpretar o posicionamento dos autores desses trabalhos por uma perspectiva mais retrógrada de criança e infância/s ou de maneira meio que sinonímica.

Isso posto, faz-se necessário que tenhamos um entendimento mais consolidado e fundamentado sobre o que estamos falando aos nos referirmos à ideia de criança e infância/s, certos de que a valorização da/s infância/s desencadeia debates e exige densas reflexões, tanto no contexto das ciências sociais, como nas áreas de Educação e de Ensino, pensando que a ideia de infância, no singular, e replicável em todos os contextos sociopolíticos e culturais, interdita, por exemplo, as sinalizações dos Estudos Culturais inseridos na presente temática, pois, para esses estudos, a cultura estar repleta de representações e disputas de poder, aspectos políticos e



práticas sociais (Johson, 2006; Hall, 2006; Foucault, 1996). Elementos esses que, indubitavelmente, influenciam as acepções de criança e infância/s, dadas as suas circunstâncias.

O interesse pela temática justifica-se, dentre outras motivações, pela ótica do Ensino, haja vista a experiência dos pesquisadores/autores desse artigo com a dinâmica do ensinar crianças pequenas, entre quatro e cinco anos de idade na fase de pré-escolar (contexto brasileiro), entendendo-as como sujeitos multidimensionais e produtores de conhecimentos específicos, entendimento este concebido como contemporâneo. Compreendemos, nesses moldes, que a ideia de infância/s implica, nitidamente, no posicionamento do docente/pesquisador, seja nos espaços de sala de aula, seja na realização da escrita e divulgação de seus estudos e pesquisas.

Sem a pretensão de desmembrar nossa categoria investigativa, a saber, criança e infância/as, devemos ter em mente, *a priori*, que criança é o indivíduo concreto, real: isto, é, todos nós já fomos crianças um dia – por isso, estamos, ou deveríamos estar interconectados com a nossa criança interior (Freire, 2003a, 2001a), que se constitui, na atualidade, como sujeito socio-histórico e cultural de direitos. Diferentemente desse conceito, a infância é uma abstração, uma definição abstrata que foi/é (re)construída sociocultural e economicamente, haja vista que essa conceituação também atravessa a heterogeneidade da classe social, da questão de gênero e da organização familiar (Cavalcante, 2021; Silva; Villegas, 2023), entre outros.

A despeito do exposto, é inegável o aspecto associativo entre esses conceitos (Thiago; Fernandes, 2021, p. 221) subsidiados pelas suas culturas. Dessa forma, concebemos a criança como aquela pessoa que vive, ou que deveria viver plenamente a sua infância, sendo essa infância constituída pelo tempo, pelas situações e experiências variadas socio-historicamente e culturalmente preestabelecidas. Aqui, nos cabe realçar que a infância, partindo dessa compreensão, nos remete ao nosso permanente processo de conhecer o mundo que nos cerca, de “sermos mais” (Freire, 2003b).

As culturas infantis são intimamente articuladas à rotina da criança e à interação dessa com seus pares, sejam outras coisas ou adultos, em distintos contextos: na escola, em seu bairro ou comunidade, na igreja etc. São, portanto, (re)construídas socialmente e historicamente. Nessa direção, Sarmiento (2002, p. 3) anuncia que as culturas infantis são definidas pela



capacidade das crianças de “construírem de forma sistematizada modos de significação do mundo e de ação intencional, que são distintos do mundo dos adultos de significação e ação” (Sarmiento, 2002, p. 3).

Movidos por tais aceções e posicionamentos, bem como pelo objetivo retrocitado, intentamos responder à seguinte questão de pesquisa: qual(is) conceito(s) de criança e infância(s) embasam as pesquisas nacionais mais recentes produzidas nas duas últimas reuniões nacionais, datadas de 2021 e 2023, e discutidas no Grupo de Trabalho – GT 07: Educação de Crianças de 0 a 6 anos?

Estudos mais recentes abordam a temática centrados em especificidades mais biológicas, marginalizando aspectos outros como experiências, saberes e a relevância do cuidado com a criança e a/s infância/s, tendo em vista o futuro do país. Ponderamos, pois, que esse tema esteja presente nos mais distintos espaços formativos e não apenas no contexto escolar, projetando tais sujeitos como integrantes crítico-reflexivos da sociedade.

Para além desses parágrafos introdutórios, o presente texto foi organizado da seguinte forma: Metodologia, onde explicitamos os trajetos percorridos para elaboração e concretização da pesquisa; Perspectivas pretéritas e atuais acerca da criança e infância/s: uma breve retrospectiva, cujo debate central encontra fôlegos nas discussões mais teóricas sobre a temática pelos vieses da história e da sociologia da infância; O posicionamento teórico-conceitual nas pesquisas recentes da ANPED: infância enquanto tempo de experiência/vivência, figurando nossos resultados em discussões e, por fim, algumas considerações finais, a título de conclusão.

1. Metodologia

Tendo em vista o objetivo proposto, recorreremos a uma revisão sistemática de literatura para fins de síntese de evidências de estudos com base em Newman e Gough (2020), atentos às recomendações de Romanowski e Ens (2006) para trabalhos que se dedicam ao mapeamento da produção de conhecimento. Newman e Gough esclarecem que um estudo intentando a elaboração de uma síntese de evidências reclama um método formal, rigoroso e explícito para



articular achados de pesquisas já realizadas sobre determinado tema e, assim, estabelecer uma visão integrativa do conhecimento produzido.

Dessa maneira, a síntese posta aqui explícita o que é ou não conhecido a respeito de uma questão de pesquisa. Para Romanowski e Ens (2006, p. 41), esse tipo de estudo oportuniza um olhar geral e necessário sobre a produção de um campo de conhecimento, favorecendo aos interessados a possibilidade de “perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes” (Romanowski; Ens, 2006, p. 41).

Em termos metodológicos, optamos por definir algumas estratégias de seleção e análise das produções, principiando pela delimitação de espaço-tempo, do tipo e abrangência da revisão. O espaço-tempo estabelecido figura nas duas últimas reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), especificamente, aqueles acoplados no Grupo de Trabalho – GT 07: Educação de Crianças de 0 a 6 anos, a saber:

- 41ª Reunião Nacional da ANPED/ Educação e Equidade: bases para Amazonizar e reconstruir o país, sediada pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus-AM, no ano de 2023.
- 40ª Reunião Nacional da ANPED/ Educação como prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo, ocorrida na ambiência da Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém-PA, no ano de 2021.

É importante registrarmos que essas reuniões nacionais são bienais. A escolha dessas duas se deve ao fato de acreditarmos que elas concatenam as produções e discussões mais recentes sobre a temática em tela em termos nacionais, todavia priorizando essas duas reuniões e essa associação com escopo orientado à temática.

Em suma, o corpus teórico da revisão sistemática de literatura foi constituído a partir dos resumos expandidos extraídos dos anais dessas duas reuniões nacionais da ANPED especificamente aqueles disponibilizados pelo Grupo de Trabalho 07, denominado como “Educação de Crianças de 0 a 6 anos”.



Ante esse site, procedemos com a leitura dos títulos e resumos simples de cada trabalho, sendo 62 disponibilizados pela 41ª reunião e 61 publicados na 40ª reunião, contabilizando um total de 123 resumos expandidos.

Desses 123 trabalhos, selecionamos um total de sete, sintetizados nos quadros a seguir. O critério de inclusão foi a menção direta ou indireta ao termo “infância”, seja no seu título ou ao longo de seu corpo textual. Assim, foram excluídos deste estudo os trabalhos que enfocavam a Educação Infantil, as práticas docentes e alguns documentos normativos-legais sem para isso mencionarem/debaterem, ainda que implicitamente, o conceito por nós problematizado.

Em função dos critérios mencionados anteriormente, contabilizamos ao final um total de sete trabalhos, os quais apresentamos a seguir.

Quadro 01: Síntese dos resumos expandidos selecionados via 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)			
Título	Autor/es	Objetivo	Aspectos metodológicos
As temporalidades da infância que habitam o território currículo-escola da educação infantil e os dizeres infantis que invencionam currículos-outros	Melo e Salles	Cartografar os movimentos instaurados pelas crianças e pela infância que possibilitam pensar outros modos de fazer/invencionar o currículo na pré-escola.	Natureza: Empírica de abordagem qualitativa Lócus: Centro Municipal de Educação Infantil- CMEI, localizado no agreste pernambucano. Participantes: Vinte e oito crianças. Produção e análise dos dados: Inspiração cartográfica (Barros; Kastrup, 2015).
Crianças e infâncias: o olhar do coordenador pedagógico da educação infantil	Machado e Brostolin	Não identificado.	Natureza: Empírica, de abordagem qualitativa. Lócus: Instituições de Educação Infantil no município de Ji-Paraná (RO). Participantes: Cinco coordenadores. Produção e análise dos dados: Entrevista semiestruturada.



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2026v35n1.74713

Antonio Carlos de Sousa, Maria Margarita Villegas
**Alguns posicionamentos teórico-conceituais sobre
criança e infância/s: o que nos dizem as pesquisas
do GT 07 da ANPEd**

Indústria cultural, reificação e infância	Pisaneschi	Discutir as relações existentes entre a Indústria Cultural e o processo de reificação da infância.	Natureza: Teórica de abordagem qualitativa. Lócus: Mídia impressa e digital. Produção e análise dos dados: Análise de materiais midiáticos e industriais.
---	------------	--	--

Fonte: Produzido a partir das consultas no site da 40ª Reunião Nacional da ANPEd – 2021 (2025).

Quadro 02: Síntese dos resumos expandidos selecionados via 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)			
Título	Autor/es	Objetivo	Aspectos metodológicos
A infância e um convite à poética da imaginação: o que pode o gesto de “desver” os currículos da educação infantil?	Melo, Silva e Salles	Pensar outros possíveis para os currículos da Educação Infantil a partir da poética da imaginação que habita as cenas e os gestos das crianças de um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, localizado no agreste pernambucano.	Natureza: Empírica de abordagem qualitativa. Lócus: Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, localizado no agreste pernambucano. Participantes: Vinte e oito crianças e duas professoras; Produção e análise dos dados: Inspiração cartográfica (Barros; Kastrup, 2015).
As vivências das crianças ribeirinhas no transporte escolar fluvial na comunidade do Paraná do Limão de baixo em Parintins- Amazonas-Brasil	Leal	Compreender as vivências das crianças, no ir e vir à escola, no transporte escolar fluvial, que se constitui uma extensão da escola.	Natureza: Empírica, de abordagem qualitativa. Lócus: Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, localizado no agreste pernambucano. Participantes: Vinte e oito crianças e duas professoras. Produção e análise dos dados: Inspiração cartográfica (Barros; Kastrup, 2015).
Crianças e infâncias: educação e temporalidade dos começos	Santos e Richter	Interrogar o tempo de estar sendo em uma infância para refletir a temporalidade dos começos na ação educativa com crianças.	Natureza: Empírica de abordagem qualitativa. Lócus: Escola municipal da rede pública de Pântano Grande (RS). Participantes: Crianças do 1º ano do Ensino Fundamental.



			Produção e análise dos dados: Rodas filosóficas de conversas.
Imagens de infância(s): mulheres que narram experiências sobre a ditadura brasileira (1964-1985)	Silva, Lima e Nazário	Apresentar experiências sobre a(s) infância(s) narradas por mulheres que vivenciaram, como crianças, o contexto histórico da ditadura militar brasileira (1964-1985) e que hoje, adultas, nos narram uma história outra deste período de violências.	Natureza: Empírica, de abordagem qualitativa. Lócus: Não identificado. Participantes: Mulheres que vivenciaram o período da ditadura militar brasileira. Produção e análise dos dados: Narrativas de mulheres; Caráter interseccional (Akotirene, 2019).

Fonte: Produzido a partir das consultas no site da 41ª Reunião Nacional da ANPEd – 2023 (2025).

Realizamos as leituras dos sete resumos expandidos em sua íntegra a fim de concatenar as ideias centrais que nos forneciam as informações necessárias às nossas análises e discussões.

2. Perspectivas pretéritas e atuais acerca da criança e da/s infância/s: uma breve retrospectiva

De onde quer que tenhamos surgido e obstante perspectivas contrárias, tudo o que existe, seja no plano da realidade concreta ou da abstração, implica inúmeras e distintas dimensões, dentre elas, a dimensão histórica. Como sujeitos reais e concretos, fomos/somos elementos históricos e sociais, portanto, instáveis, mutáveis e dinâmicos. A percepção de infância não foge à regra; ela é historicamente construída (Sarmiento, 2005) e imprime superações de paradigmas teórico-conceituais, desde uma visão de criança em miniatura invisível aos olhos da sociedade (Ariès, 1981; Qvortrup, 2011) até uma concepção mais centrada no protagonismo juvenil (Matos, 2020; Barbosa, 2020).

Nessa direção, a construção da infância atravessou momentos históricos em todos os lugares do planeta, que, por sua extensão, influenciaram significativamente essa construção. Da ideia de infância universal à concepção mais atual como pluralidade teórico-conceitual, tal definição passou por um processo longínquo que lhe atribuiu um estatuto social. Dentre outros dispositivos, são constituintes desse processo as variações geográficas, as relações econômicas, os grupos sociais e as próprias políticas públicas (Sarmiento, 2005, p. 365-366).



Silva e Villegas (2023) realizam um estudo bibliográfico sob a forma de um estado do conhecimento a respeito das concepções de infância de docentes atuantes na Educação Infantil. Segundo essas autoras, e reafirmando o já exposto, tais concepções são “dinâmicas e constroem-se conforme os contextos sociais, históricos e culturais e, ainda, estabelecem-se a partir de diferentes e múltiplas variáveis, que compreendem: etnias, classes sociais; condições econômicas (...)” (Silva; Villegas, 2023, p. 02), indicações que acentuam os pressupostos dos Estudos Culturais sobre a criança e a/s infância/s.

Aqui, portanto, delineamos as definições de criança e de infância/s em três grandes momentos: A criança e a infância sob a ótica médico-biológica; A perspectiva adultocêntrica da criança/infância e numa perspectiva socio-histórico-cultural: criança e infância/s?

2.1 A criança e a infância sob a ótica médico-biológica

Situadas em contextos insalubres, caracterizados por condições de higiene e saúde precárias, as crianças frequentemente faleciam, à época, em seus primeiros anos de vida. Os altos índices de mortalidade infantil foram cruciais para que a sociedade direcionasse o seu olhar, ainda que insuficiente, para as crianças. Isto desconsiderando o fato de que teriam que sobreviver aos primeiros anos de vida e alcançar determinada idade. Antes disso, não se considerava que tivessem identidade própria (Heywood, 2004).

Segundo Abramowicz e Oliveira (2010), infância e criança não são “ideias novas. No século XIX muda a visão de infância que passa a ter um olhar médico”, uma vez que a “mortalidade infantil, a pobreza e o trabalho infantil” (Abramowicz; Oliveira, 2010, p. 40) estiveram em evidência, forçando os adultos a dar-lhes uma, digamos, “atenção maior”. É importante realçarmos que a concepção biológica, atrelada àquela, “pasteuriza, assepsia, esteriliza, mente, esquadrinha, normatiza e normaliza a criança e prescreve uma infância” (Abramowicz; Oliveira, 2010, p. 40).

Acreditamos que a concepção de criança sustentada por uma ótica médico-biológica abordava esses sujeitos de maneira similar à concepção adultocêntrica, da qual nos debruçaremos no próximo tópico, ao percebemos que o intuito dessa “maior atenção” não é o de assegurar, ainda que timidamente, um principiar de uma identidade ou sentimento de



infância, mas de manutenção dos membros constituintes daquela sociedade. A grosso modo, caso não pensassem em reduzir os índices das problemáticas que os assolavam, ameaçando a extinção daquele/a povo/nação.

2.2 A perspectiva adultocêntrica da criança/infância

Entendemos aqui a expressão adultocêntrica relacionada a um processo que invisibiliza a criança como pessoa histórica que faz parte das lutas e transformações socioculturais e que promove o apagamento da especificidade de suas vidas, uma vez que a concebe como “protótipos de adultos”, sob a ótica não daquilo que já é, mas do vir a ser (Cavalcante, 2021). Isso posto, para entendermos melhor essa perspectiva, é necessário nos reportarmos ao passado da sociedade.

Phillipe Ariès (1976) figura como pioneiro nos estudos historiográficos com enfoque na infância, trazendo-a como objeto de estudo e abordando-a no interior do cenário da Idade Média e da Modernidade. Em história social da criança e da família, esse autor entende o conceito de infância historicamente, definindo-a não somente numa dimensão médico-biológica, mas como uma construção estreitamente interseccionada com processos históricos que, por sua vez, são influenciados por (trans)formações na sociedade e na família. Esse autor emerge na intenção de explicitar a consciência da particularidade da infância, da distinção entre a criança e o adulto.

Cavalcante (2021) nos relembra que

A infância produzida pela perspectiva adultocêntrica é universal, padronizada, deficitária e carente de tutela. Essa ecologia de saber produz um conhecimento empobrecido sobre as crianças e os adolescentes, por isso consideramos ser importante abrir a compreensão para clivagens outras (Cavalcante, 2021, p. 203).

É importante registrar que Phillipe Ariès tece suas considerações acerca do infante (Freire, 1954) com base na rotina e nas experiências das crianças de “boa família, quer fossem nobre ou burguesa” (Ariès, 1981, p. 70).

Na concepção de Cavalcante (2021), inerente à argumentação de Ariès (1981), essa



[...] repousa na análise feita nas fontes, notadamente na iconografia. Aliada a inexistência de referências, o autor aponta que naquele momento, a família era compreendida mais como uma unidade de interesses sociais do que de relações afetivas. Nesse sentido, meninos e meninas eram entendidos enquanto possibilidades, na medida em que poderiam se encaixar como elementos colaborativos da dinâmica social familiar (Cavalcante, 2021, p. 205).

Em seus primeiros registros, Ariès (1981) observou que as crianças representadas nas iconografias apareciam vestidas como os adultos, implicando a compreensão da invisibilidade desses sujeitos e, assim, de um sentimento ou definição específica de infância.

Segundo Melo (2020), na Modernidade, as crianças começaram

a se vestir diferentemente, a ter vestimentas mais apropriadas para a sua fase, não sendo mais caracterizadas com trajes iguais aos dos adultos. Essa transformação nos costumes dentro do seio das famílias já delinearía as novas percepções da sociedade sobre a infância. Entretanto, não apenas as vestimentas da criança se modificaram. No decorrer do século XVII, a sociedade também passaria por mudanças na mentalidade, haja vista que a partir desse período admitir-se-ia que a criança não estaria preparada para enfrentar a vida adulta (Melo, 2020, p. 01).

Durante esse período surgem os primeiros resquícios de um “sentimento” de infância, denominado de “paparicação” (Ariès, 1981, p. 52), momento em que as crianças eram tratadas como “um brinquedo ou animal de estimação”, sendo um meio de entretenimento para os pais (Melo, 2020, p. 01). Com o passar do tempo, paralelamente a uma preocupação com as crianças como indivíduos distintos dos adultos, carentes de cuidados não apenas superficiais, nascia a “consciência da particularidade infantil” (Melo, 2020, p. 01).

2.3 Perspectiva socio-histórica-cultural: criança e infância/s?

A atual sociedade do conhecimento e da informação em que estamos inseridos não permite que tomemos a criança e a/s infância/s isoladamente. Isso mesmo, apenas aqui adotamos a expressão “criança e infância/s”, interrogando e afirmando a possibilidade do plural na definição de “infância” por crermos que somente nessa perspectiva há essa possibilidade teórico-conceitual.



A infância não é unicamente infância, sem implicações teóricas e empíricas-situacionais-contextuais, mas é, sobretudo na atualidade, formada por inúmeras e distintas infâncias, uma vez que cada criança-pessoa vive essa fase de formas diferentes: no meio rural e urbano; nas grandes favelas e metrópoles (Arroyo, 1994), nas mais remotas regiões do planeta, nos gigantescos continentes, bem como nas mais variadas ruas, bairros e comunidades que constituem as cidades.

Grosseiramente tecendo, criança e infância/s devem ser percebidas dentro de um contexto social, histórico e cultural específico, influenciando e sendo influenciadas por ele. Em outras palavras, a perspectiva socio-histórico-cultural da infância constitui-se como sendo uma invenção, uma “criação do homem moderno/burguês, influenciado por forças políticas, sociais, econômicas e culturais”. Dessa forma, à medida que a sociedade sofre mudanças mais amplas, a ideia de criança e de infância/s também estará sujeita a transformações (Pontes, 2017, p. 214).

A concepção do que é ser criança e as inúmeras formas de ser e viver a/s infância/s são, como temos pontuado, construções históricas que sofrem também as construções e alterações das sociedades nas quais as crianças estão inseridas. Dessa forma, importa pontuar também que a definição de criança e infância/s transita pelas ações educativas que, por sua vez, constroem tal definição sobre a égide do ser social. Nessa dinâmica, a criança torna-se pessoa ativa, sujeito histórico e de direitos que nas “interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Brasil, 2009, p. 12).

Por isso, é relevante que nos atentemos à construção social da/s infância/s ou, em termos mais científicos, à Sociologia da Infância (Sarmiento, 2005), que surge como questionadora de muitos aspectos postos até então sobre o assunto.

Sob a ótica de Sarmiento (2005), a Sociologia da Infância propõe interrogar a sociedade a partir de

um ponto de vista que toma as crianças como objeto de investigação sociológica por direito próprio, fazendo acrescer o conhecimento, não apenas sobre infância, mas sobre o conjunto da sociedade globalmente considerada. A infância é concebida como



uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social (Sarmiento, 2005, p. 12).

Essa definição tem sofrido muitos questionamentos por diversas correntes no cerne dos debates das áreas de Educação e da própria Sociologia, pois se trata de uma abordagem um tanto complexa, que varia segundo as vertentes de pensamento e de reflexão, bem como os períodos históricos e as mudanças sociais.

Nesse contexto de acepções conceituais, devemos refletir sobre as tendências que embasaram e embasam a construção das definições de infância, reflexões essas que registramos no tópico que se segue.

3. O posicionamento teórico-conceitual nas pesquisas recentes da ANPED: infância enquanto tempo de experiência/vivência.

Os trabalhos selecionados, em tese, tomam a criança como sujeito sócio-histórico e cultural; são trabalhos que entendem a infância como uma experiência do tempo presente que não pode ser considerada “apenas” como o tempo de preparação para o futuro (Silva; Silva, 2018). Cremos que este posicionamento é importante, uma vez que a ANPED é uma associação significativamente difundida e amplamente procurada pelos estudiosos e pesquisadores brasileiros mais renomados. Assim, uma preocupação deste estudo ainda durante a fase de reflexão e planejamento foi pensar que encontraríamos posicionamentos obsoletos em defesa da definição de criança e infância/s.

Essa preocupação que nos assolou *a priori* encontrou fôlego no fato de que a (re)constituição da definição posta não se deu sem contradições ao longo dos estudos e da própria história da humanidade, uma vez que “não existe uma infância (ou conceito de criança) que não seja produto de um tempo construído nas relações entre os homens, portanto, histórico-social (Siqueira, 2011, p.32) (Parênteses nossos). Cabe a nós, portanto, atentarmos a essas definições nos espaços de publicização acadêmico-científicos, bem como suas reverberações nos ambientes de formação cidadã e as suas intencionalidades.



Portanto, direta ou indiretamente os resumos expandidos que a seguir analisamos fazem menção à criança e à/s infância/s como tempo de experiência/vivência, por isso a escolha nominal do tópico. Essas experiências/vivências remontam ao empirismo circunscrito às concepções de criança e infância/s. Apesar de que em períodos antecedentes à modernidade inexistiam as expressões “crianças” e “infância”, hoje presenciamos um dinamismo de acepções que necessitam ser retomadas para que evitemos retrocessos quanto à diversidade infantil.

Exposto isso, Melo e Salles (2021) iniciam suas escrevivências como pesquisadoras reiterando as nossas discussões até o presente tópico ao assinalarem que, ao longo da história, a infância “se desloca a partir de alguns sentidos e imagens que lhes são atribuídas, pensadas a partir da relação de igual para igual com o adulto, como uma etapa cronológica da vida, ou mesmo uma fase que logo se esvai” (Melo; Salles, 2021, p. 02).

Pensando assim, em seu trabalho, essas autoras optaram por uma abordagem filosófica provocadora ao pensamento da infância “para além de uma etapa cronológica ou de fase que compreendem o desenvolvimento humano” (Melo; Salles, 2021, p. 02), posicionamento bastante atual sobre a temática e que leva em consideração a infância como “condição da experiência” (Kohan, 2007, p. 86).

As autoras fazem menção a uma questão que deve – ou pelo menos deveria – ser problematizada ainda na atualidade: a idade (etapa cronológica) como mecanismo essencialmente definidor de identidades (Quapper, 2015), uma vez que essa problemática aborda uma das características da compreensão adultocêntrica de criança e infância/s. Estaríamos nós, mesmo que inconscientemente, insistindo em um entendimento “neoadultocêntrico”? É possível, pois não podemos negar que somos, como a criança e a/s infância/s, influenciados pelos vários contextos nos quais nos inserimos.

Refletir sobre os sentidos e as imagens que são atribuídos às crianças pelos adultos, em um movimento histórico pendular, por assim dizermos, é perceber que ainda temos muito disso na sociedade na qual nos situamos, sociedade essa interessadamente concebida como “moderna”. É provável que a acepção de criança e infância associada à ausência de fala – e que, portanto, “não se fala e, não se falando, não ocupa a primeira pessoa do discurso que dela se ocupam” (Lajolo, 1997, p. 226) – encontre-se enraizada em nossa cultura. Nos espaços



escolares, a título de exemplo, se a criança não se expressa como queremos, nós lhe negamos seu espaço de fala.

Isso posto, podemos inferir com essa pesquisa (Melo; Salles, 2021) que a construção do conceito de infância seguiu uma tendência adultocêntrica, tanto na maneira como as crianças são vistas, como nos comportamentos sociais que elas deveriam adotar: resumidamente, cabe aos adultos tomarem essas decisões que, conseqüentemente, impactarão todo seu trajeto de vida e de existência. Contudo, em seus discursos teóricos, as autoras em questão tomam a concepção de criança e infância/s na sua dimensão contextual.

Interpretar a criança e infâncias/s em sua dimensão contextual não se trata de “situá-las” em dado contexto/espço/ambiente, implica, antes de tudo, fomentá-las a sentir-se pertencentes àquele contexto, estimulando, dessa forma, sua participação como indivíduos capazes de contribuir para a (trans)formação e melhoria desse mesmo contexto/espço/ambiente. Reconhecer e respeitar as vozes e identidades infantis é uma questão relevante que deve ser considerada e problematizada.

Se bem observarmos a realidade atual, algo que também devemos pontuar é que talvez essa maneira de conceituar e nortear tais comportamentos não tenha efetivamente alterado. Não raras vezes o espaço do brincar e do explorar, por exemplo, é delimitado pelos adultos sem consultar os principais interessados: as crianças. Já em 1959, o hoje conhecido como patrono da educação brasileira, denunciava as relações antidialógicas às quais as crianças estavam subjugadas, invisibilizadas, nas famílias e nas escolas (Freire, 2001b). Não estamos aqui dizendo que as crianças devem ser responsáveis por tomar toda e qualquer decisão sobre suas vidas, mas que elas podem e devem ser ouvidas, quer no seio da família e, sobretudo, nos espaços escolares.

As primeiras ponderações de Melo, Silva e Salles (2023) já sinalizam uma possível distinção conceitual entre os termos “criança” e “infância”, para assim, separadas, abordá-las na organização sintática de seus períodos frasais. À primeira vista, essa observação pode parecer banal. Todavia, como vimos, criança e infância estiveram/estão, ao longo do tempo, tão intensamente interligadas que costumam ser adotadas, em termos sintático-gramaticais e semânticos, sob uma perspectiva sinonímica. É salutar destacar que os autores replicam os



posicionamentos teórico-conceituais já plasmados no estudo apresentado na 40ª reunião da ANPED (Melo; Salles, 2021).

Machado e Brostolin (2021), por sua vez, ancoram suas análises na Sociologia da Infância, justificando que essa perspectiva teórica apresenta visões diferentes para a infância, bem como para o conceito de criança, contribuindo para pensar a Educação Infantil como um ambiente que posiciona as crianças na condição de sujeitos de direito, acreditando que essa sociologia rompe com acepções defensoras da existência de uma única infância para todas as crianças do mundo, universal.

É importante frisarmos que para a Sociologia da Infância, há, de fato, uma distinção semântica entre os termos infância como categoria social, e criança, concebida como sujeito concreto integrante dessa categoria e que, na sua existência, “(...) é sempre um actor social que pertence a uma classe social, a um gênero etc.” (Sarmiento, 2005, p. 371). Entretanto, acreditamos que essa “distinção semântica” é movida pelas próprias ideias de infância como abstração e de criança como concretude, pois inferimos, nas palavras finais de Sarmiento (2005), que a criança nasce e se desenvolve em meio a um/a grupo/comunidade permeado de questões sociais, étnicas e de gênero, entre outras que caracterizam o dinamismo conceitual de infância.

Embora essas autoras afirmem essas “visões diferentes” para os termos criança e infância pela Sociologia da Infância, elas não trazem informações para fundamentar tal posicionamento; pelo contrário, ao longo de seus argumentos os tratam, assim como nós, como uma única categoria de investigação. Aqui cabe retomar a confusão que determinados posicionamentos sobre criança e infância/s, de maneira dicotômica, apresentam, lembrando a quase impossível separação da criança de infância/s e vice-versa.

As interações e as brincadeiras são eixos estruturantes e centrais nas propostas de atendimento na Educação Infantil. Não podemos deixar de tecer que as tendências balizadoras dessa etapa da Educação Básica acompanharam os debates sobre os conceitos de criança e de infância/s. É digno de nota que quando a infância era concebida como pura e linear etapa da vida do ser humano, implicando um cuidado assistencialista, a oferta dessa etapa seguiu os mesmos moldes, forçada pelas imposições sociais. A imagem da criança e da/s infância/s orientava, portanto, o que deveria ser ofertado e como.



Pisaneschi (2021) apresenta uma importante e interessante discussão de como a imagem das crianças é posta nos ambientes midiáticos e de forma impressa a fim de passar uma falsa ideia de “infância única” e de lucro por intermédio do consumo infantil. Seu intuito, dentre outros, é ressaltar a criança e a/s infância/s não como potenciais consumidores, mas como sujeito cuja identidade está em intensa (re)construção. Importa frisar que

A criança capturada pela ideologia do consumo, consubstanciada pela lógica da Indústria Cultural, e a imagem de infância que dela decorre têm sido apresentadas pela sociedade burguesa como um ideal, possível de ser alcançado por todas as crianças, independentemente do local social que ocupem na estrutura capitalista. Nela, não são apenas produtos que estão – aparentemente - à disposição de todos e sim, um estilo de vida e cultura material que coisifica todos (Pisaneschi, 2021, p. 03).

A autora supracitada ainda argumenta que a espontaneidade, a criatividade e a fantasia das crianças configuram características imprescindíveis da infância e revelam que, embora inseridas na dinâmica objetificante do capital, elas – as crianças, precisam construir, com a ajuda de adultos, percursos que lhes permitam resistir e reexistir. A presença de um adulto, mais uma vez, não pretende negar a subjetividade da criança e da infância/s ou silenciá-la, mas ser vista como um mediador/facilitador, por assim dizer.

A respeito da (re)construção da identidade das crianças, devemos refletir sobre a visão do capitalismo. A existência e a flexibilização do processo identitário da criança podem não ser percebidas pela sociedade de modo geral ou pelas instituições escolares, especificamente, mas o são pelas grandes marcas de produtos infantis, encontrando nela [a criança] uma excelente oportunidade de crescimento e lucro. Com isso queremos enfatizar que a concepção de criança e infância/s em sua polissemia é inegável, a despeito do que temos presenciado com certa constância nos mais diversos espaços sociais.

Leal (2023), ao fazer uso da expressão “as vivências”, muito nos diz acerca da acepção de infância que adotará em sua pesquisa, o que reafirma quando afirma basear-se na perspectiva socio-histórica e cultural de Vigotski (2018) para a definição do termo vivência. Para esse autor, o meio não deve ser estudado como um espaço de desenvolvimento que, “por força de



determinadas qualidades ou características, já define pura e objetivamente o desenvolvimento da criança” (Vigotski, 2018, p. 74).

A concepção de “vivências” tem contribuindo significativamente para a (re)elaboração do conceito de crianças e de infância/s como instâncias que ultrapassam os limites de uma fase da vida uniforme, pois tais experiências constroem e reconstroem o mundo de cada crianças, como pode ser percebido na seguinte passagem: “As crianças ribeirinhas vivenciam diferentes situações de aprendizagem e lazer no trajeto de casa para a escola no transporte escolar fluvial” (Leal, 2023, p. 05).

Oportunizar, intencionalmente, diferentes situações de aprendizagens às crianças é uma forma de fazê-las se sentirem e reconhecê-las como únicas em suas singularidades. Leal (2023) faz-nos refletir, como crianças que fomos e como adultos que somos hoje, sobre a relevância de apresentar alternativas diversas de agir na vida e nela viver. Se apresentarmos as mesmas oportunidades, de brincar, por exemplo, para crianças diferentes, o que conseguimos? Estaríamos nós estimulando a sua aprendizagem? Mais do que entendemos a pluralidade infantil, devemos experimentá-la e, sobretudo, revelar um espaço propício para sua manifestação pelas crianças.

Santos e Richter (2023) problematizam a pluralidade da concepção de infância, pois a compreendem “como uma condição que desacomoda convicções por emergir como movimento de inquietação” (Santos; Richter, 2023, p. 02), ou seja, como um estado que nos habita (Kohan, 2015). Essas autoras corroboram a existência inquestionável de muitas infâncias, considerando os mais diversos contextos já citados. O que permanece é a possibilidade de habitação de uma infância da experiência por intermédio da infância compartilhada com outros que mantêm, de certa forma, suas infâncias existentes (Skliar, 2018).

Por fim, mais não menos importante, Silva, Lima e Nazário (2023) nos apresentam experiências acerca da(s) infâncias narradas por mulheres que vivenciaram, quando crianças, o cenário histórico da ditadura militar brasileira (1964-1985). Partindo da articulação “infância e experiência na ditadura”, os autores problematizam o conceito de uma infância única, entendida como universal, por meio de histórias outras sobre a ditadura brasileira, rompendo com a linearidade da história oficial nacional.



Conclusão

Nosso intuito aqui foi de analisar as tendências teórico-conceituais inerentes à definição de criança e da/s sua/s infância/s trazidas pelos trabalhos científicos oriundos das 40^a e 41^a Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, entendendo essa categoria – criança e infância/as – como construção sociocultural que tem sido investigada sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

Uma conclusão mais central de tudo que lemos e escrevemos até aqui é que fica a impressão de que nossa visão, como estudiosos e pesquisadores, tenta, a todo instante, se sobressair em nossas análises. É como se olhássemos para os textos selecionados já com a lupa da dimensão socio-histórica e cultural de criança e de infâncias, no plural. Por um lado, isso pode se revelar significativo, pois somos seres que se constituem na história e pela história. Somos produtores de conhecimentos científicos a partir da herança cultural já constituída que, consciente ou inconscientemente, sustenta as nossas análises investigativas. Por outro, corremos o risco de deixar “fugir” reflexões importantes para nossa reconstrução como tal: estudiosos e pesquisadores.

Além disso, podemos inferir que os trabalhos selecionados e analisados sinalizam que estamos no caminho certo, apesar de alguns retrocessos quanto à valorização e estímulo à ciência e ao fazer científico, personificados em governos passados. Isso porque trouxeram reflexões e inflexões primorosas sobre a temática da criança e das infâncias, bem como tomam essa categoria de pesquisa sob o viés da contemporaneidade, ou seja, da ideia de criança e de infância/s como construto sociopolítico, histórico e cultural.

Em outras palavras, a definição do conceito e do sentimento de criança e de infância/s acompanha as diversas e constantes (trans)formações da sociedade, bem como as formas como os sujeitos, adultos, adolescentes ou crianças as percebem no tempo-espço determinado. Não raras vezes, vemos a/s crianças e a/s infância/s como fomos um dia: “invisibilizados” ou “dignos de falar, de viver como tal”.



Assim, acreditamos que as reflexões postas e instigadas aqui reafirmam a extrema importância de não nos esquecermos de que os conceitos de criança e de infância/s foram muitos e distintos e que devemos, inseridos na contemporaneidade, adotar, efetivamente, para além dos muros das instituições escolares e dos espaços de convivência, uma postura mais dialógica sobre a temática, que assegure às crianças o seu direito de ser criança de maneira justa, democrática e equitativa.

Os trabalhos analisados, com as suas especificidades, trouxeram ponderações que devem ser levadas em consideração em pesquisas sobre a presente temática e aqui, com afinco, buscamos defender a necessidade de refutar quaisquer posicionamentos que prendam, que limitem ou que privem as crianças de viverem plenamente sua/s infância/s. Numa dinâmica retrospectiva e de projeção, esperamos ter contribuído para visão mais atual de criança e infância/s sem perder de vista todo o trajeto histórico, teórico-conceitual e prático dessa visão, a fim de sermos capazes de perceber e superar possíveis retrocessos quer no plano textual (políticas, normas e legislações), quer no plano concreto (espaços sociais), inerentes à cultura e identidade infantis.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A sociologia da infância no Brasil. Uma área em construção. **Educação**. Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edufsm/v35n01/v35n01a04.pdf> Acesso em: 5 jul. 2025.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, Miguel Gonzalez. O significado da infância. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL., 1., 1994. **Anais...** Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.p 88-92.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Resolução CNE/CEB nº 5/2009**. Brasília, 2009

CARDOSO, Marilete Calegari; SILVA, Maria Vitória da. Mirando o olhar à rotina do Brincar em casa: pensar a infância saudável e com experiências. In: 40º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 1., 2021, Belém. **Anais...**, Belém: Ed: UFPA, 2021.



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2026v35n1.74713

Antonio Carlos de Sousa, Maria Margarita Villegas
**Alguns posicionamentos teórico-conceituais sobre
criança e infância/s: o que nos dizem as pesquisas
do GT 07 da ANPEd**

CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. **Fronteiras**, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 196–215, 2021. DOI: 10.30612/frh.v23i42.15814. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/15814>. Acesso em: 5 jul. 2025.

FREIRE, Laudelino. **Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2ª. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2003a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 35ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Cortez/IPF, 2001b.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004, 284p.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. 24ª ed. Loyola, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. DP&A, 2006.

JOHNSON, Richard. O que é afinal, estudos culturais? In: JOHNSON, Richard *et al.* **O que é afinal, estudos culturais?** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

KOHAN, Walter Omar. **Infância, estrangeiridade e ignorância** – Ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KOHAN, Walter. Visões de filosofia: infância. **ALEA**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 216-226, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/BSTBy7dzDtwS4QffDZVwmhK/abstract/?lang=pt>. Acesso em 17 de junho de 2025.

LEAL, Gyane Karol Santana. As vivências das crianças ribeirinhas no Transporte Escolar Fluvial na comunidade do Paraná do Limão de Baixo em Parintins-Amazonas-Brasil. In: 41º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 1., 2023, Manaus. **Anais...** Manaus: Ed: UFAM, 2023.

MACHADO, Ednéia Maria Azevedo; BROSTOLIN, Marta Regina. Crianças e Infância: o olhar do coordenador pedagógico da Educação Infantil. In: 40º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 1., 2021, Belém. **Anais...** Belém: Ed: UFPA, 2021.



MELO, Vanessa Galindo Alves de.; SILVA, Thiago Gonçalves; SALLES, Conceição Gislane Nóbrega Lima de. A infância e um convite à poética da imaginação: o que pode o gestor de “desver” os currículos da Educação Infantil? In: 41º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 1., 2023, Manaus. **Anais...** Manaus: Ed: UFAM, 2023.

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>. Acesso em: 12 de junho de 2025.

MELO, Vanessa Galindo Alves de.; SALLES, Conceição Gislane Nóbrega Lima de. As temporalidades da infância que habitam o território Currículo escola da Educação Infantil e os dizeres infantis que invencionam currículos-outros. In: 40º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 1., 2021, Belém. **Anais...** Belém: Ed: UFPA, 2021.

NEWMAN, Mark., GOUGH, David. Systematic reviews in educational research: Methodology, perspectives and application. In O. Zawacki-Richter et al. (Eds.), **Systematic reviews in educational research** (pp. 3-22). Springer, 2020.

PISANESCHI, Lucilene Schunck Costa. Indústria Cultural, Reificação e Infância. In: 40º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 1., 2021, Belém. **Anais...** Belém: Ed: UFPA, 2021.

PONTES, Aldo. A constituição da infância na sociedade midiática: notas para compreensão de outro universo infantil. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 8, n. 17, p. 213–218, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/comunicacao?dd1=1800& dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 15 de junho de 2025.

QUAPPER, Claudio Duarte. **El adultocentrismo como paradigma y sistema de dominio: análisis de la reproducción de imaginarios en la investigación social chilena sobre lo juvenil**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2015

ROMANOWSKI, Joana Pauli. & ENS, Romilda Teodora. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19), p. 37-50.

ROZO, Marina García; VILLEGAS, Margarita. Concepciones de las infancias. Percepciones y transformación. In **Libro de Actas del 1.er Congreso Caribeños de Investigación Educativa: Repensando la formación de los profesionales de la Educación**. Santo Domingo, República Dominicana, 2020.



SANTOS, Carina Ferreira dos; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Crianças e Infâncias: Educação e temporalidade dos começos. In: 41º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 1., 2023, Manaus. **Anais...** Manaus: Ed: UFAM, 2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. **Educação&Sociedade**. (Dossiê Temático Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças). CEDES – Brasil, vol. 26, n. 91: 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e Culturas da Infância. In: **Projeto POCTI/CED/49186**. As marcas dos tempos: a Interculturalidade nas Culturas Infantis. Universidade do Minho, 2002.

SILVA, Amanda Vidal; LIMA, Patrícia de Moraes; NAZÁRIO, Roseli. Imagens de infância(s): mulheres que narram experiências sobre a Ditadura Brasileira (1964-1985). In: 41º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 1., 2023, Manaus. **Anais...** Manaus: Ed: UFAM, 2023.

SILVA, Anne Patrícia Pimentel Nascimento da.; SOUZA Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, v. 43, n. 3, p. 1–12, 2020.

SILVA, Adelson Ferreira da; SILVA, Elenice de Brito Teixeira. Cartas de Paulo Freire a uma criança e os princípios de uma pedagogia da infância. **Educação em Debate**. Fortaleza, ano 40, n. 76 – maio/ago. 2018. Disponível em:
<https://mideducacao.curitiba.pr.gov.br/2021/9/pdf/00311074.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2025.

SILVA, Rita Neirijane dos Reis; VILLEGAS, Maria Margarita. Concepções de infância sob o olhar docente da educação infantil: uma aproximação ao estado do conhecimento. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 5, p. e510427, 2023. DOI: 10.47149/pemo.v5.e510427. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/10427>. Acesso em: 16 de junho 2025.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa; PENHA, Rosimere Ferreira da. Corpos em movimento produzindo saberes na Educação Infantil. In: 41º REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 1., 2023, Manaus. **Anais...** Manaus: Ed: UFAM, 2023.

SKLIAR, Carlos. **Infâncias da linguagem, infâncias da infância, memórias de infâncias**: depois é tarde demais. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 30, mai./ago. 2018. Disponível em :
https://www.researchgate.net/publication/325099005_infancias_da_linguagem_infancias_da_infancia_memorias_de_infancias_depois_e_tarde_demais . Acesso em: 19 de junho de 2025



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2026v35n1.74713

Antonio Carlos de Sousa, Maria Margarita Villegas
**Alguns posicionamentos teórico-conceituais sobre
criança e infância/s: o que nos dizem as pesquisas
do GT 07 da ANPEd**

THIAGO, Idelvani da Conceição Bezerra; FERNANDES, Maria Nilvane. A construção social do conceito infância no sistema capitalista: um inventário das produções acadêmicas a partir do repositório CAPES. **III Congresso de Estudos da Infância: movimentos, limiares e fronteiras**. Caderno de resumos, p. 97-98. Rio de Janeiro: UERJ, 17-19 set. 2021c. Disponível em: https://ed7178e9-e07a-4aa1-ae14943c8bef7bb0.filesusr.com/ugd/11e5f9_9aa2e4da515c46d089884ecda7ec4527.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2025.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutorando em Ensino – Programa de Pós-graduação em Ensino/ UERN/UFERSA/IFRN – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8650-794X> – adesousa491@gmail.com

[**] Doutora em Educação pela Universidad de Carabobo, U. CARABOBO – Professora no Programa de Pós-graduação em Ensino/ UERN/UFERSA/IFRN – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4965-2291> - e-mail: margarita@ufersa.edu.br

Submetido em: 15 de Julho de 2025.

Aprovado em: 25 de Setembro de 2025.

Publicado em: Junho de 2026.